



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Tecnologia da Informação - Suporte e Infraestrutura Tecnológica - 0012337-15.2025.6.21.8000
Estudos Técnicos Preliminares - ETP - doc. SEI n. 2622119.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

No período que antecede o pleito eleitoral, observa-se aumento significativo e excepcional da carga de trabalho nos cartórios eleitorais, em razão das atividades de planejamento, organização logística, preparação de urnas eletrônicas, conferência e distribuição de materiais, suporte técnico-operacional e atendimento às mais de 27 mil seções eleitorais sob responsabilidade desta Justiça Eleitoral.

O quadro permanente de servidores mostra-se insuficiente para absorver, cumulativamente, as atividades ordinárias e as demandas extraordinárias decorrentes do processo eleitoral, o que pode comprometer a regularidade, a eficiência e a tempestividade das providências indispensáveis à realização do pleito.

A contratação pretendida visa, portanto, assegurar a adequada preparação e execução das Eleições 2026, garantindo a continuidade do serviço público eleitoral, a observância dos princípios da eficiência e da continuidade administrativa, bem como a preservação do interesse público envolvido na realização regular e segura do processo eleitoral.

Ressalta-se que a contratação temporária de auxiliares para esse fim constitui prática institucional consolidada em pleitos anteriores, revelando-se medida necessária e proporcional à magnitude e à complexidade operacional do processo eleitoral. Ademais, agravam-se a cada eleição as dificuldades de recrutamento de profissionais em curto espaço de tempo, especialmente aqueles que reúnam disponibilidade imediata, capacitação mínima e assiduidade compatível com a intensidade das atividades no período crítico, o que reforça a necessidade de planejamento prévio e de adoção de soluções contratuais adequadas para mitigar riscos à continuidade e à eficiência do serviço público eleitoral.

2 PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

Inicialmente, a solução orçada contemplava a contratação de 796 (setecentos e noventa e seis) postos de trabalho temporários, sendo 2 (dois) Supervisores para atuarem em Porto Alegre por 4 meses e 794 (setecentos e noventa e quatro) Auxiliares de Eleição para atuarem nas zonas eleitorais por 2 meses, conforme quantitativos estimados na planilha de custos padrão, baseada no orçamento disponível (doc. SEI n. 2556936).

Após a delimitação máxima do número de diárias (postos de trabalho x dias trabalhados) por zona eleitoral, permitiu-se que a quantidade de profissionais fosse ajustada, sem ultrapassar o limite estabelecido, diminuindo o período de trabalho e aumentando a quantidade de postos. Os pedidos de ajustes das zonas eleitorais foram registrados no "CRONO 44891 - [AE26] Planejamento da Contratação de Auxiliares de Eleição 2026" (doc. SEI n. 2537621), após preenchimento de planilha contendo subsídios (doc. SEI n. 2537648), e resultaram no aumento da quantidade de 794 para 904 postos.

Faltando poucos meses para contratação, permitiu-se que as zonas eleitorais retificassem a informação no "CRONO 45243 - [AE26] Definição de Quantidade, Período e Local dos Auxiliares de Eleição" (doc. SEI n. 2620547), o resultado foi a definição de 889 postos a contratar conforme definido na planilha de custos atualizada (doc. SEI n. 2623328).

A contratação está alinhada aos objetivos estratégicos institucionais de fortalecer a credibilidade do processo eleitoral, aprimorar a prestação de serviços e otimizar a gestão de pessoas, contribuindo diretamente para assegurar a regularidade, eficiência e confiabilidade das atividades preparatórias e executórias das Eleições 2026.

3 ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO

A quantidade orçada de profissionais contratados vinha se mantendo em 927 postos de trabalho nas últimas três eleições, sendo 1 posto de Supervisor e 926 postos de Auxiliares de Eleição. Para as Eleições 2026, propõe-se a alteração desse modelo, com a ampliação para 2 postos de Supervisores e a redução do quantitativo de auxiliares para 794 postos, mantida a possibilidade de ajustes pelas zonas eleitorais mediante redistribuição do período de contratação.

A redefinição do quantitativo decorre de análise técnica baseada na experiência acumulada nos pleitos anteriores, especialmente nas Eleições 2024, quando foram observadas relevantes dificuldades na contratação e

manutenção de profissionais. Registraram-se, naquele cenário, vagas não preenchidas e elevada rotatividade, notadamente em regiões com mercado de trabalho aquecido, onde a remuneração ofertada mostrou-se pouco atrativa diante de outras oportunidades e, em alguns casos, incompatível com a manutenção de benefícios sociais pelos potenciais trabalhadores.

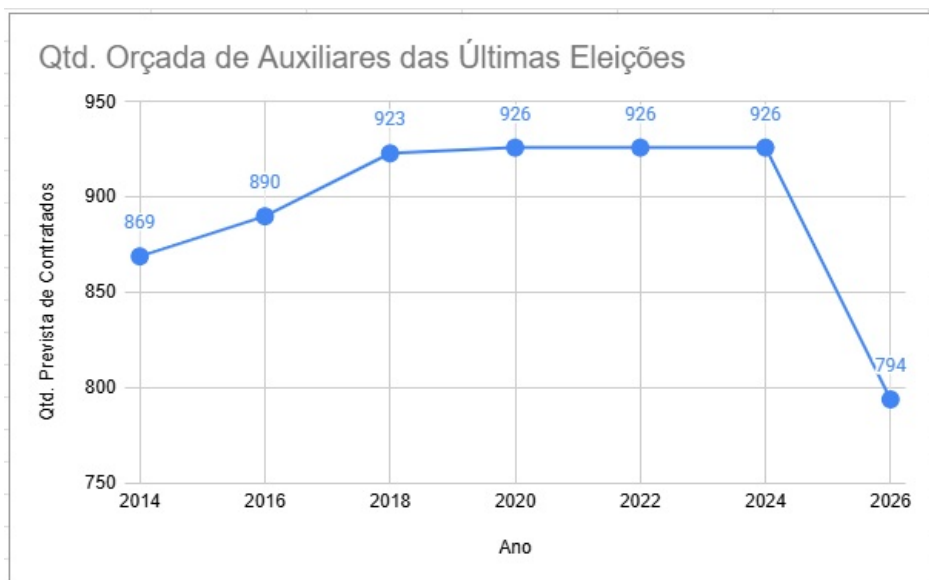
Essas ocorrências impactaram diretamente a execução contratual, gerando riscos operacionais como sobrecarga das equipes dos cartórios eleitorais, aumento da necessidade de substituições emergenciais, elevação da demanda por treinamentos e potencial comprometimento da tempestividade de atividades críticas do processo eleitoral.

Diante desse contexto, a estratégia para as Eleições 2026 passou a contemplar dois eixos complementares: (i) a readequação do modelo de alocação da força de trabalho, com redução de postos permanentes e utilização de pessoal convocado nos momentos de maior demanda; e (ii) a valorização da remuneração dos profissionais contratados, com adoção de mecanismos de incentivo à permanência e assiduidade.

O modelo híbrido adotado, já utilizado em outros regionais da Justiça Eleitoral, permite otimizar a alocação de recursos humanos ao longo do período eleitoral, reduzindo a ociosidade anteriormente verificada e garantindo maior eficiência na distribuição da força de trabalho, especialmente nos momentos críticos, como a preparação das urnas e o dia da eleição.

O total de dias equivalente aos 794 postos corresponde a 45.258 dias de trabalho durante os dois turnos das Eleições 2026, mantendo-se compatibilidade com a demanda operacional estimada.

Destaca-se que a redução do quantitativo de postos permanentes possibilitou a implementação de medidas de valorização da remuneração dentro da mesma disponibilidade orçamentária global, contribuindo para aumentar a atratividade das vagas e mitigar os riscos verificados em contratações anteriores.



Diante desse cenário, o planejamento da contratação para as Eleições 2026 passou a contemplar dois eixos complementares:

- readequação do modelo de alocação da força de trabalho, com redução de postos permanentes e utilização de pessoal convocado para apoio logístico nos períodos de maior demanda;
- valorização da remuneração dos profissionais contratados, com a adoção de mecanismos de incentivo à permanência e à assiduidade.

O modelo híbrido proposto, permitirá maior eficiência na alocação de recursos humanos ao longo do período eleitoral, reduzindo a ociosidade observada em contratações anteriores e assegurando reforço adequado da força de trabalho nos momentos críticos, como a preparação das urnas e os dias de votação.

3.1 Aumento do salário base:

Outro ponto relevante identificado no planejamento da contratação, com base na Avaliação das Eleições 2024, refere-se à baixa atratividade da remuneração, especialmente considerando o curto prazo dos contratos, o que se mostrou insuficiente para competir com o mercado de trabalho local em determinados municípios.

Dessa forma, propõe-se um reajuste de 12,25% no salário base, com o objetivo de:

- aumentar a atratividade das vagas;
- reduzir o risco de vacância e desistências;
- mitigar a rotatividade durante a execução contratual;
- assegurar maior estabilidade das equipes;
- garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

Ressalta-se que a proposta do reajuste foi planejado sem aumento da disponibilidade orçamentária global, em razão da redução do quantitativo de postos permanentes.

3.2 Prêmio assiduidade

Como medida adicional de incentivo à permanência e ao cumprimento integral do contrato, propõe-se a criação de prêmio de assiduidade no valor correspondente, em média, a dois dias de trabalho, considerando o salário base. A referida parcela, prevista em convenção coletiva, foi incorporada à estratégia de contratação com a finalidade de ampliar a atratividade da remuneração e estimular o comprometimento dos profissionais ao longo de todo o período de execução contratual, especialmente durante as fases mais sensíveis das Eleições 2026.

O pagamento à empresa contratada do prêmio de assiduidade estará condicionado, cumulativamente, ao efetivo pagamento da parcela ao profissional e ao cumprimento integral dos critérios de assiduidade. A Administração somente reconhecerá a despesa após a comprovação documental do pagamento ao trabalhador e da regular execução dos serviços.

A adoção do prêmio de assiduidade busca mitigar riscos operacionais relevantes, historicamente identificados em contratações anteriores, notadamente aqueles relacionados à alta rotatividade, ausências frequentes e abandono de postos. O incentivo à assiduidade contribui para a redução da necessidade de substituições emergenciais, para a diminuição da demanda por novos treinamentos e para a preservação da continuidade dos serviços, apresentando relação custo-benefício mais favorável quando comparado aos custos indiretos decorrentes de retrabalho e potenciais atrasos no cronograma eleitoral. Assim, o investimento nessa parcela remuneratória configura-se como medida preventiva, economicamente justificável e alinhada à garantia da regularidade e da eficiência da execução do processo eleitoral.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos comuns aos cargos	
Requisito	Justificativa
Não ser filiado a qualquer partido político e nem exercer atividade político-partidária no período da contratação.	Garantir imparcialidade. De forma análoga à restrição imposta ao servidor público (artigo 366 do Código Eleitoral), existe entendimento jurisprudencial de que "a restrição à filiação partidária deve alcançar a todos os que se envolvam em qualquer fase do processo eleitoral". Fonte: Jurisprudência TRF-4 .

Requisitos exclusivos dos postos de auxiliar	
Requisito	Justificativa
Enquadramento no cargo Assistente Administrativo (CBO 4110-10) e a Convenção do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação.	Esta estratégia já foi adotada na contratação desde as Eleições de 2016 e se mostrou adequada. Permite contratar praticamente o mesmo número de postos dentro da disponibilidade financeira. Consiste também no enquadramento que atende as necessidades do Tribunal e oferece competitividade no mercado.
Carga horária de 6 horas diárias e de 30 horas semanais para auxiliares.	Atuação nas dependências do cartório na presença de servidores. Na eleição de 2018 foi feita uma experiência com 6 horas diárias, por contingência orçamentária, mas essa redução trouxe inconvenientes como as restrições na compensação de horários decorrente do enquadramento em regime parcial de trabalho. Nas eleições seguintes (2020 e 2022) a carga horária foi de 7 horas, mas as zonas eleitorais manifestaram inadequação porque o período total (incluindo o intervalo para o almoço) excedia o expediente de 7 horas do cartório. Na eleição de 2024, optou-se por 6 horas e 15 minutos de carga horária diária para evitar o problema do regime parcial de trabalho (que é de 6 horas) e para minimizar a inadequação apresentada pelos cartórios. Para a eleição de 2026, optou-se por retornar a carga horária diária de 6 horas por parecer a opção mais adequada aos cartórios e por

	entender que a nova legislação vigente permite essa compensação mediante acordo individual (cláusula 55 da CCT 2026).
Atuação dos auxiliares durante os meses de setembro e outubro.	Período em que se concentram as principais atividades de eleição.
Escolaridade e Maioridade.	Nível de escolaridade compatível com as atribuições do cargo.
Disponibilização de crachá.	De uso obrigatório para a identificação dos profissionais no desenvolvimento das atividades. Facilita a organização e o controle.
Pagamento de prêmio assiduidade, correspondente, em média, a dois dias de trabalho.	Visando garantir a continuidade do serviço e mitigar os riscos operacionais decorrentes da baixa atratividade e da rotatividade no curto período crítico das Eleições 2026. A baixa atratividade normalmente percebida em municípios com economia aquecida como Gramado, também pôde ser observada em zonas como a 091 - Crissiumal, na eleição de 2024 eles solicitaram 11 postos de auxiliar em 2024 e foram contratados apenas 2 postos. A alta rotatividade ou ausências também tem sido problemas recorrentes nas últimas eleições. Dessa forma, o investimento no prêmio assiduidade revela-se mais seguro para a Administração do que o custo potencial de novos treinamentos, problemas de última hora e possíveis atrasos no cronograma oficial do pleito.
Aumento do salário base	<p>Mitigar os riscos concretos de não contratação e de não preenchimento das vagas, situação já verificada em pleitos anteriores e que impacta diretamente a execução da atividade finalística da Justiça Eleitoral, qual seja, a realização das eleições. A insuficiência de pessoal compromete etapas essenciais do processo eleitoral, como a preparação das urnas, o apoio logístico e o atendimento às zonas eleitorais, elevando o risco de atrasos, retrabalho e sobrecarga das equipes permanentes, com potencial prejuízo à regularidade e à segurança do pleito.</p> <p>Adicionalmente, o curto prazo dos contratos reduz a atratividade das vagas frente ao mercado de trabalho, exigindo remuneração compatível com a natureza temporária e intensiva das atividades desempenhadas. O reajuste salarial proposto constitui medida proporcional e necessária para tornar a contratação viável, assegurar o preenchimento tempestivo dos postos e garantir a continuidade e a qualidade da execução do processo eleitoral</p>

Requisitos exclusivos do posto de Supervisor	
Requisito	Justificativa
Posto de Supervisor com atuação nas dependências do TRE-RS em Porto Alegre.	<p>Essencial a atuação no Tribunal para, como preposto da contratada, gerenciar os postos contratados executando as atividades de recrutamento, apresentação, substituição de profissionais, bem como organização e apresentação da documentação para a fiscalização da prestação dos serviços e de instrução do processo.</p> <p>A contratação de um número significativo de postos em curto espaço de tempo requer atuação dedicada na administração destes recursos humanos, bem como o atendimento das demandas do gestor do contrato.</p> <p>Permite ao gestor verificar constantemente a conformidade dos procedimentos na execução do objeto contratado.</p>

Período de atuação	Pelas peculiaridades da atividade: proceder o recrutamento dos
--------------------	--

diferenciado do posto de Supervisor.	recursos humanos para preencher os postos de auxiliar ou assistente administrativo, bem como procedimentos de dispensa e organização dos documentos que comprovem o cumprimento das obrigações trabalhistas.
Experiência mínima.	Experiência mínima de 6 meses em atividade gerencial ou de supervisão de pessoas para evidenciar a capacidade do profissional em administrar os mais de 1.000 auxiliares previstos para essa contratação.

Outros Requisitos	
Requisito	Justificativa
Atendimento dos auxiliares de eleição por serviço de chamados ou por linha telefônica 0800 ou com prefixo 51.	Reduzir custos telefônicos do TRE-RS e facilitar contato dos auxiliares com a empresa.
Geração de protocolo dos atendimentos dos auxiliares de eleição.	Permitir a rastreabilidade das solicitações a atendimentos dos profissionais.
Aplicação de índice na execução do objeto e cumprimento das cláusulas do contrato.	Mecanismo de aferição que incide sobre o pagamento dos serviços prestados. A aplicação visa promover a integral execução do objeto contratado descontando valor pela indisponibilidade de profissionais nos postos.
Exigência de atestado de capacidade técnica da contratada.	Garantir a capacidade de gerenciamento em contratações desta natureza.
Substituição de profissional em até 48h.	A presença diária dos auxiliares nos quantitativos contratados é imprescindível para o bom andamento das atividades de eleição.

5 ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

A previsão de contratação é de 2 postos para Supervisores por 4 meses e de 889 de auxiliares para atender 165 zonas eleitorais por 2,15 meses considerando os dois turnos de eleição (conforme definido na planilha de custos doc. SEI n. 2623328). O limite de profissionais orçados para cada zona eleitoral foi definido com base no critério histórico definido pelo TSE, nos pedidos das zonas eleitorais e na análise histórica das quantidades.

- Critério histórico do TSE baseado na quantidade de seções por município:
Até 40 SECOES_ZONA: 1 auxiliar;
De 41 a 110 SECOES_ZONA: 2 auxiliares;
+ 1 auxiliar a cada 80 SECOES_ZONA;
- Argumentação das zonas justificando a necessidade por motivos como "locais de difícil acesso", "grande extensão territorial";
- Histórico de utilização pelas zonas eleitorais nas últimas eleições.

6 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para definição da solução mais adequada às Eleições 2026, a equipe de planejamento promoveu análise técnica fundamentada na experiência acumulada nos pleitos anteriores, com especial atenção ao modelo adotado nas Eleições 2024 e à avaliação dos resultados operacionais, financeiros e gerenciais então obtidos. Esse processo partiu da premissa de que a demanda eleitoral possui natureza extraordinária, concentrada em curto espaço de tempo, com

elevado grau de criticidade e prazos legais improrrogáveis, exigindo solução que assegure capacidade de mobilização em larga escala, padronização de procedimentos e confiabilidade operacional.

Historicamente, foram examinadas diferentes alternativas para atendimento dessa demanda, incluindo o reenquadramento das atividades para profissionais da área de informática, a convocação de mesários em substituição aos auxiliares de eleição e a contratação de mão de obra terceirizada com dedicação exclusiva, enquadrada como Auxiliar ou Assistente Administrativo, nos termos da convenção coletiva da categoria. As alternativas foram avaliadas de forma comparativa sob os aspectos de viabilidade jurídica, operacional, eficiência administrativa, capacidade de mobilização, padronização de processos e mitigação de riscos. A partir dessa análise, consolidou-se, nos pleitos anteriores, a contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra como a solução mais segura e eficiente para atendimento da demanda extraordinária do período eleitoral.

Não obstante a adequação do modelo adotado, a execução contratual das Eleições 2024 evidenciou limitações relevantes relacionadas à disponibilidade de mão de obra no mercado, especialmente para atividades de curta duração e com remuneração pouco competitiva. Observou-se dificuldade concreta na atração e manutenção de profissionais, particularmente em contextos de aquecimento econômico, o que resultou em vagas não preenchidas, elevada rotatividade e instabilidade na execução contratual. Essas ocorrências forneceram subsídios objetivos para a reavaliação tanto dos quantitativos quanto das condições remuneratórias adotadas até então.

Nas Eleições 2024, os valores mensais contratados foram de R\$ 3.539,82 por posto de Auxiliar de Eleição e R\$ 8.856,55 por posto de Supervisão, totalizando custo estimado de R\$ 5.304.163,35, conforme planilhas de custos e formação de preços analisadas à época. A experiência demonstrou que a simples reprodução desse modelo remuneratório não seria suficiente para assegurar a competitividade do certame nem a efetiva ocupação dos postos nas Eleições 2026, tornando necessária a adequação das condições remuneratórias aos patamares mínimos de atratividade do mercado como condição para viabilizar a contratação e reduzir riscos operacionais.

Para as Eleições 2026, além da revisão das condições remuneratórias, a Administração promoveu análise criteriosa dos quantitativos anteriormente adotados, especialmente nas zonas eleitorais com municípios-termo, considerando dados de desempenho, volume de atividades, períodos de maior demanda e possibilidades de otimização da força de trabalho. A solução proposta contempla a adoção de modelo híbrido de alocação, combinando a manutenção de postos terceirizados fixos com a ampliação da convocação pontual de pessoal para os períodos de maior demanda, notadamente nos dias que antecedem o pleito e na data da eleição. Essa estratégia permitiu reduzir o número de postos permanentes, otimizar a distribuição da força de trabalho ao longo do período contratual e viabilizar a incorporação de medidas de valorização da remuneração, sem aumento proporcional do impacto orçamentário.

Importa destacar que a definição da solução não decorreu de decisão unilateral, tendo sido precedida de processo estruturado de diálogo institucional com as Zonas Eleitorais, por meio do Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais – CRECE, incluindo sucessivas rodadas de apresentação, validação e ajustes do planejamento. Esse processo participativo, desenvolvido entre o final de 2025 e o início de 2026, permitiu o alinhamento técnico das propostas, a identificação de riscos operacionais e a adoção de ajustes compatíveis com as limitações orçamentárias e com as necessidades das unidades diretamente impactadas.

Por fim, no que se refere à viabilidade de mercado, verificou-se a existência de empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra administrativa temporária, aptas a atender aos requisitos da contratação. Tal constatação assegura a competitividade e a exequibilidade do certame, desde que observadas condições remuneratórias compatíveis com a realidade de mercado e com a criticidade das atividades a serem desempenhadas.

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa total da contratação é de R\$ 8.937.046,56 (oito milhões, novecentos e trinta e sete mil quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), conforme Planilha de Custos no doc. SEI n. 2623328.

Registra-se que o modelo proposto para as Eleições 2026 contempla incremento em relação ao padrão remuneratório anteriormente adotado, decorrente, principalmente, do reajuste do salário base, aliado à implementação de medidas de valorização da força de trabalho, como o pagamento do prêmio de assiduidade, voltadas à ampliação da atratividade das vagas e à redução da rotatividade no período crítico do processo eleitoral.

Tal incremento foi viabilizado pela redução do quantitativo total de postos permanentes, resultante da adoção de modelo híbrido de alocação da força de trabalho, que combina a manutenção de postos fixos com a convocação pontual de colaboradores nos períodos de maior demanda, possibilitando maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis, sem ampliação proporcional do impacto orçamentário.

O incremento do salário base e o prêmio assiduidade, deve ser analisado à luz dos riscos mitigados e dos ganhos operacionais esperados, dentre os quais se destacam:

- aumento da taxa de preenchimento dos postos contratados;
- redução da rotatividade de profissionais em período crítico;
- diminuição da necessidade de contratações e substituições emergenciais;
- redução de custos indiretos com treinamento e retrabalho;

- menor sobrecarga das equipes dos cartórios eleitorais e da gestão contratual;
- maior previsibilidade e estabilidade na execução dos serviços.

Nesse contexto, o incremento de despesa revela-se proporcional, razoável e alinhado ao objetivo de garantir a efetividade da contratação, a continuidade dos serviços e a adequada execução das atividades eleitorais, constituindo medida necessária à mitigação de riscos previamente identificados com base em evidências empíricas de pleitos anteriores.

8 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados, com dedicação exclusiva de mão de obra, visando à disponibilização de Auxiliares de Eleição e Supervisores, em quantitativos e períodos definidos, para apoio às atividades preparatórias e operacionais das Eleições 2026.

A contratação compreenderá todos os elementos necessários à execução do objeto, incluindo recrutamento, seleção, substituição, gestão administrativa dos profissionais, pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários, benefícios previstos em convenção coletiva e demais componentes da planilha de formação de preços.

Não se aplicam exigências de manutenção, assistência técnica ou garantia típicas de fornecimento de bens, tratando-se de prestação de serviços por prazo determinado, devendo a contratada assegurar a regular substituição de profissionais e o cumprimento das obrigações legais e contratuais.

A solução mostra-se tecnicamente adequada por permitir mobilização temporária de força de trabalho compatível com o aumento excepcional da demanda no período eleitoral, sem ampliação permanente do quadro de pessoal.

9 JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO

A presente contratação não comporta parcelamento, nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza do objeto e da necessidade de gestão integrada da força de trabalho temporária destinada às Eleições 2026.

O objeto consiste na prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo quantitativos expressivos de profissionais distribuídos em diversas zonas eleitorais, com necessidade de padronização de procedimentos, uniformidade de obrigações trabalhistas e centralização da gestão administrativa.

O eventual fracionamento da contratação poderia comprometer a eficiência operacional, dificultar a fiscalização contratual, gerar assimetria na execução dos serviços e aumentar riscos trabalhistas e administrativos, além de potencialmente elevar os custos decorrentes da multiplicidade de contratos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único mostra-se tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa, assegurando padronização, eficiência na gestão e mitigação de riscos na execução do objeto.

10 DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS ESPERADOS

A contratação visa assegurar a execução tempestiva e regular das atividades preparatórias e operacionais das Eleições 2026, garantindo suporte adequado às zonas eleitorais e mitigando riscos operacionais no período de maior demanda.

Em termos de efetividade, busca-se assegurar a adequada preparação de urnas, organização de materiais e apoio logístico às seções eleitorais, especialmente no dia do pleito.

Sob a perspectiva da eficiência administrativa, a solução adotada, que combina redução de postos permanentes com valorização da remuneração e utilização complementar de pessoal convocado, tem como objetivo otimizar a alocação da força de trabalho, reduzindo a ociosidade e concentrando recursos humanos nos momentos de maior necessidade operacional.

Espera-se, adicionalmente:

- aumento da atratividade das vagas ofertadas;
- maior taxa de preenchimento dos postos contratados;
- redução significativa da rotatividade e das ausências;
- diminuição da necessidade de substituições emergenciais;
- redução da carga operacional sobre os cartórios eleitorais e sobre a equipe de gestão contratual.

Do ponto de vista da economicidade, a solução permite mobilizar força de trabalho de forma proporcional à demanda, evitando custos estruturais permanentes e reduzindo custos indiretos associados à instabilidade contratual.

A qualidade e os resultados da execução contratual serão aferidos por meio de fiscalização formalmente designada, com verificação do cumprimento das obrigações contratuais e da adequada prestação dos serviços.

11 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

Previamente à formalização da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas:

- a) disponibilização de espaço físico adequado, com mobiliário, telefone e acesso à internet, nas dependências do Tribunal, para o exercício das atividades do Supervisor, em Porto Alegre;
- b) disponibilização, pelas zonas eleitorais, de acesso a telefone ou computador institucional para que os Auxiliares de Eleição possam manter comunicação com a empresa contratada, quando necessário, para fins administrativos.

Tais providências não implicam custos adicionais relevantes e são compatíveis com a infraestrutura já existente no âmbito do TRE-RS.

12 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES E IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação refere-se à prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, não envolvendo aquisição de bens ou geração de impactos ambientais relevantes.

Os impactos são mínimos, limitados ao uso da infraestrutura já existente. Aplicam-se as práticas institucionais de uso racional de recursos e descarte adequado de resíduos, quando cabível.

13 COMPONENTE TECNOLÓGICO INTEGRANTE DO OBJETO

Embora a contratação não envolva fornecimento de solução tecnológica, os profissionais poderão utilizar sistemas e equipamentos institucionais no desempenho de suas atividades.

As exigências relativas à segurança da informação, incluindo assinatura de Termo de Responsabilidade e Compromisso de Confidencialidade, constarão expressamente no Termo de Referência.

14 ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

Conclui-se que a contratação proposta é adequada e necessária para atender ao aumento temporário das demandas decorrentes das Eleições 2026, mostrando-se tecnicamente viável e economicamente compatível com o interesse público.

A solução é suficiente para suprir a necessidade identificada no Documento de Formalização da Demanda, permitindo o regular prosseguimento da contratação.

INTEGRANTES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Sérgio Fortes Santos (STI/COSEL/SAUVI)

Coordenador e Integrante Demandante da Equipe de Planejamento da Contratação

Avelina Fátima Madruga Lautert (STI/COGTI/SECOT)

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

Rinaldo Miranda Castro (SGP/CODEP/SEPAC)

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

Ronaldo Costa Quintana (SGP/ASGEP)

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

Maria Regina Scherer Soccol (SA/AGCON)

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

Alexandre de Azambuja (SOF/ASFIN)

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

Diego Dias de Castro (71ª ZE - Representante do CRECE)

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Scherer Soccol, Assessora**, em 10/06/2026, às 14:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Avelina Fatima Madruga Lautert, Analista Judiciário**, em 10/06/2026, às 14:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Costa Quintana, Chefe de Seção**, em 10/06/2026, às 14:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Azambuja, Assessor**, em 10/06/2026, às 14:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO DIAS DE CASTRO, Chefe de Cartório**, em 10/06/2026, às 15:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rinaldo Miranda Castro, Assessor**, em 10/06/2026, às 15:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA COSTA DA CUNHA, Chefe de Cartório**, em 11/06/2026, às 10:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2622119** e o código CRC **BDF248FA**.